

## **6. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES:**

Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **Freguesia de Mire de Tibães**", para a execução da obra denominada **"Caminho de Acesso à Capela de S. Filipe – Mire de Tibães"**, no montante de **116.227,34 €**.

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ MAGALHÃES SOARES GOMES** intervindo em representação da **FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES**, pessoa colectiva de direito público nº 506984800 com sede na Rua 25 de Abril nº1, 4700 - 565 adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de Mire de Tibães O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de-----de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de **Mire de Tibães** em sessão de -----de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de -----de 2016.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES** para a execução da obra denominada “**Caminho de Acesso à Capela de S. Filipe – Mire de Tibães,**” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **109.958,95€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 6.268,39€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 116.227,34€** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

- 1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.
- 2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

- 1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----.

## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de 2016 pelo 2ª Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 19 de Abril de 2016**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Junta de Freguesia de Mire de Tibães**

---



**BRAGA**  
Município

**REQUISIÇÃO : 2016016/111 ( DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS )**  
Data : 2016-04-20

10625

FREGUESIA DE MIRE DE TIBAES  
RUA 25 DE ABRIL,1  
BRAGA  
4700-565 MIRE DE TIBÃES  
PORTUGAL

Contribuinte: 106984800

Braga, 2016-04-20

**Cabimento: 2016016/111 a 2016-04-20**

Código de Produto/Conta										(EUR)	
Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor				
44531905	2016-04-20	MIRE TIBÃES-CAMINHO ACESSO CAPELA S.FILIPE	----	1,000	116227,34000	0	116 227,34				
Data	Órgão	Económica	Dotação	Valor							
2016-04-20	01	0805010202	3 811 637,95	116 227,34							

<u>Incidência</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor de Iva</u>	<u>Sub-Total</u>	116 227,34
			<u>Valor IVA</u>	0,00
			<u>Valor total</u>	116 227,34

**Observações:**

REQUALIFICAÇÃO DE ACESSO À CAPELA DE S. FILIPE - MIRE DE TIBÃES

**Condições de pagamento :**

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade  
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/2594/BU/2016

Assunto: Caminho de acesso à Capela de S. Filipe

Freguesia: Junta de Freguesia de Mire de Tibães

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A Junta de Freguesia de Mire de Tibães apresenta processo tendo em vista a requalificação do Caminho de Acesso à Capela de S. Filipe. Esta obra vai resolver um problema muito antigo, no que se refere às dificuldades de acesso à Capela de S. Filipe, especialmente na época do Inverno, devido à degradação sistemática do pavimento de terra batida.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 116.227,34€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Nestes termos poderá a obra ser apresentada a reunião de Câmara e Assembleia Municipal para que seja deliberada a delegação de competências da execução da obra, na Junta de Freguesia de Mire de Tibães de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>A consideração superior,</p> <p>Braga, 18 de Abril de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Do Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do Contrato Interadministrativo.</p> <p>19.04.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter a DC para cabimentar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>20.04.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Concordo com a informação técnica. A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município e vem resolver uma aspiração muito antiga das populações locais, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Mire de Tibães, através de um Contrato Interadministrativo a submeter à reunião do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>19.04.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De acordo. Uma volta a fazer o arranjo do caminho em apreço. Está o assunto colocado no Plano de obras para 2016.</p> <p>Pode remeter-se à validação do Sr. Presidente e colocar à consideração do Executivo Municipal a delegação de referida obra ao contrato interadministrativo, na JT de Mire Tibães.</p> <p>Visto e Visto 19 Abril 2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A ... do Sr. Presidente.</p> <p>16.04.19</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>